A INDISCIPLINA E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

SOLANGE COELHO COSTA LOPES

RESUMO
Este artigo apresenta uma contribuição teórica aos estudos sobre violência, indisciplina e o processo de ensino-aprendizagem nas escolas. Inicialmente discute o próprio conceito de indisciplina escolar, considerando suas principais formas de expressão, explorando, a seguir, algumas das suas causas e características atuais. Neste artigo argumenta-se que os problemas de indisciplina e violência solicitam uma profunda revisão em nossas visões e práticas pedagógicas, uma mudança de paradigma em termos gestão educacional, pois colocam em questão o próprio projeto educacional afetar não somente as iniciativas e práticas dos professores, mas as finalidades mais amplas do ato educacional. Ao final, apresenta algumas considerações sobre encaminhamentos preventivos em nível de escola, enfatizando a necessidade de uma postura compartilhada em relação à indisciplina, na forma de uma política definida, de bases democráticas.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Indisciplina; Violência.

INTRODUÇÃO

A importância e atualidade dos temas da indisciplina e da violência na escola são por demais conhecidas, quer pela vivência que deles têm muitos alunos, professores, encarregados de educação, auxiliares educativos, etc., quer pelo destaque que desses mesmos problemas vêm fazendo os meios de comunicação social.

Neste trabalho argumentamos que indisciplina e violência representam problemas a serem pensados sob a perspectiva ampla dos processos de gestão escolar. São forças que colocam em questão o próprio projeto pedagógico da escola, na medida em conseguem afetar não somente as iniciativas e práticas dos professores, mas as finalidades mais amplas que se deseja atingir naquele espaço, em termos de aprendizagem, socialização, acesso à cultura e formação para a cidadania.

Alguns teóricos têm afirmado que indisciplina e violência afetam a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, o desdobramento do currículo, e podem transtornar nossas melhores visões e práticas educacionais (ARUM, 2005; XAVIER, 2002; AMADO, 2001; D'ANTOLA, 1989). Tais problemas, portanto, representam forças que atuam em diversas instâncias do trabalho e projeto educacional das escolas.

O problema, de um ponto de vista social, remete-nos para muitas outras problemáticas, de que aqui apenas invocamos as de uma necessária e urgente educação para a Cidadania e para a Paz. Neste sentido, julgo que o problema nos encaminha para a necessidade de reforçar o ideário democrático, valorizando e criando condições para a formação, nas novas gerações, do sentido da autonomia, da capacidade crítica, do reconhecimento de direitos e de deveres, da responsabilidade, da solidariedade e da esperança.

Se ao ponto de vista social acrescentarmos a dimensão pedagógica do problema (a dimensão que respeita, essencialmente, à relação entre professores e alunos na sala de aula e na escola), deparar-nos com a necessidade de invocar, entre outros aspectos, a problemática da formação de docentes, a sua capacitação para a eficaz gestão (ao nível da turma e da escola) das condições adequadas às tarefas de ensino e aprendizagem (incluindo aí, a capacidade para gerir as relações no interior do grupo-turma).

Enfim, está problemática coloca-nos, inevitavelmente, na senda de um processo de escolarização que assente nos quatro pilares que o Relatório Delors (2000) tão bem define: “aprender a conhecer”, “aprender a fazer”, “aprender a viver em conjunto” e “aprender a ser”. Conscientes de tudo isso, os objetivos deste artigo são, contudo, muito modestos: oferecer um contributo para o esclarecimento dos conceitos de indisciplina e de violência na escola, e sublinhar a importância dos fatores pedagógicos, quer enquanto responsáveis pela criação de situ-

ações, no interior da aula e da escola, que estimulam aqueles comportamentos, quer enquanto parte integrante de uma resposta estratégica que aponte no sentido da prevenção e da remediação.

INDISCIPLINA ESCOLAR

O conceito de indisciplina apresenta uma complexidade que precisa ser considerada. Um entendimento suficientemente amplo do conceito de indisciplina escolar precisa integrar diversos aspectos.

É preciso, por exemplo, superar a noção arcaica de indisciplina como algo restrito à dimensão comportamental. Ainda, é necessário pensá-la em consonância com o momento histórico desta virada de século.

Neste texto, para fins de desenvolvimento conceitual, a noção de indisciplina será considerada através de três de seus principais planos de expressão na escola. De um lado, é possível situá-la no contexto das condutas dos alunos nas diversas atividades pedagógicas, seja dentro ou fora da sala de aula.

Em complemento, deve-se considerar a indisciplina sob a dimensão dos processos de socialização e relacionamentos que os alunos exercem na escola, na relação com seus pares e com os profissionais da educação, no contexto do espaço escolar - com suas atividades pedagógicas, patrimônio, ambiente, etc.

Finalmente, é preciso pensar a indisciplina no contexto do desenvolvimento cognitivo dos estudantes. Sob esta perspectiva, define-se indisciplina como a incongruência entre os critérios e expectativas assumidos pela escola (que supostamente refletem o pensamento da comunidade escolar) em termos de comportamento, atitudes, socialização, relacionamentos e desenvolvimento cognitivo, e aquilo que demonstram os estudantes.

Mas este modo de conceituação situa a indisciplina como uma disposição em relação a algum referencial. Assim, o conceito engloba um duplo movimento. Também do lado da escola pode ocorrer alguma incongruência em relação aos referenciais assumidos, de tal forma que também ela pode ser eventualmente considerada "indisciplinada".

É papel da escola considerar o quadro concreto das condições e desenvolvimento dos alunos e de suas necessidades, bem como garantir as condições apropriadas ao processo de ensino-aprendizagem.

Assim, as expectativas da escola, por exemplo, devem refletir não uma disposição autoritária elaborada por um determinado grupo responsável por processos decisórios na escola, mas uma orientação de base consensual que reflita a contribuição de toda a comunidade ligada à escola, e não apenas dos profissionais da educação que nela atuam.

A ausência de bases democráticas no modo como se articulam as relações entre professores e estudantes no interior da escola, por exemplo, pode desencadear resistência e contestação por parte dos estudantes aos próprios esquemas da escola, o que deve ser considerado uma expressão de indisciplina carrega uma legitimidade e pertinência difíceis de negar.

A indisciplina escolar não é um fenômeno estático que tem mantido as mesmas características ao longo das últimas décadas. Ao contrário, está "evoluindo" nas escolas. Sob diversos aspectos, a indisciplina escolar, hoje, se diferencia daquela observada em décadas anteriores. As expressões e o caráter da indisciplina, por exemplo, apresentam mudanças (AQUINO, 1996b). Não se trata apenas de uma ampliação quanto à intensidade de manifestação. A indisciplina escolar apresenta, atualmente, expressões diferentes, é mais complexa e "criativa", e parece aos professores mais difícil de equacionar e resolver de um modo efetivo.

O modo como algumas crianças aprendem a obter atenção e reconhecimento, por exemplo, representa uma situação muitas vezes comum de indisciplina no contínuo casa escola. Uma possibilidade, aqui, reside em aprender a obter atenção sobre si através de condutas intempestivas. Esta aprendizagem tende a ser mais efetiva à medida que pais e professores dediquem uma atenção diferenciada, mais intensa, a condutas indisciplinadas

(WIELKIEWICZ, 1995, p.3-5). Assim, se em casa as crianças aprendem a receber atenção e reconhecimento através de condutas socialmente inadequadas, na escola continuam a praticar esse modo de conseguir o

que desejam, mas que ao final não atende às suas reais necessidades psicológicas, seja de atenção, reconhecimento, e assim por diante.

Também é interessante considerar o surgimento da indisciplina no contexto das relações emocionais e intersubjetivas entre professores e alunos (RATHVON, 1996). É conhecida a influência da expectativa dos professores sobre o desempenho dos estudantes (ROSENTHAL e JACOBSEON, 1968). Neste sentido, o ambiente escolar adequado, capaz de agir como um elemento preventivo, precisa ser fundamentalmente humano e caloroso – algo certamente difícil de praticar em uma sala de aula congestionada, onde conflitos interpessoais já se instalaram.

Apesar desse quadro de indisciplina escolar, encontramos hoje certa ausência de uma cultura disciplinar preventiva nas escolas, bem como falta de preparo adequado por parte dos professores para lidar com os distúrbios de sala de aula, apesar da clareza quanto a este espaço ser um contexto social onde a indisciplina facilmente se expressa, parte da qual a própria escola pode estar ensinando e reforçando.

O conhecimento atualizado sobre indisciplina, até mesmo para se fundamentar a formação pedagógica dos professores para confrontá-la, constitui uma prioridade. Isto engloba a necessidade de considerá-la sob uma perspectiva própria dos anos 90. Não basta pensar a indisciplina como se constituísse um fenômeno atemporal; devemos responder adequadamente à pergunta: o que é indisciplina hoje? E isso inclui compreender melhor suas causas.

A indisciplina escolar não apresenta uma causa única, ou mesmo principal. Eventos de indisciplina, mesmo envolvendo um sujeito único, costumam ter origem em um conjunto de causas diversas, e muito comumente reflete uma combinação complexa de causas. Esta complexidade é parte do perfil da indisciplina e deve ser considerada, se desejamos compreendê-la e estabelecer soluções efetivas.

Para fins de sistematização, as diversas causas da indisciplina escolar podem ser reunidas em dois grupos gerais: as causas externas à escola e as causas internas. Entre as primeiras vamos encontrar, por exemplo, a influência hoje exercida pelos meios de comunicação, a violência social e o ambiente familiar. As causas encontradas no interior da escola, por sua vez, incluem o ambiente escolar e as condições de ensino-aprendizagem, os modos de relacionamento humano, o perfil dos alunos e sua capacidade de se adaptar aos esquemas da escola. Assim, na própria relação entre professores e alunos habitam motivos para a indisciplina, e as formas de intervenção disciplinar que os professores praticam podem reforçar ou mesmo gerar modos de indisciplina.

É necessário também clarificar as relações e distinções entre a indisciplina escolar e outros fenômenos sociais que perpassam a escola, tais como a violência. Assumir que violência social e indisciplina sejam sinônimos implica estreitar demasiadamente a compreensão das especificidades destes dois fenômenos.

Se de um lado a violência está entre as causas da indisciplina, ela não é capaz de explicá-la totalmente. Se focalizarmos nossa atenção apenas no problema da violência social, estaremos perdendo de vista um fenômeno complexo, que apresenta uma singularidade própria dentro da escola. Esta, aliás, não é a instituição pública particularmente responsável por lidar com a violência social, embora padeça deste mal.

É necessário, ainda, superar a noção de indisciplina que a toma apenas como uma questão de comportamento. Se a escola se preocupar somente em resolver "problemas de comportamento" nunca chegará a ver a indisciplina resolvida. O "bom comportamento" nem sempre é sinal de disciplina, pois pode indicar apenas adaptação aos esquemas da escola, simples conformidade ou mesmo apatia diante das circunstâncias.

Tendo clareza quanto à própria natureza da indisciplina, cabe às escolas desenvolver uma política disciplinar institucional, que especifique estratégias de prevenção e intervenção, tanto em nível da escola como um todo quanto em nível de sala de aula em particular.

INDISCIPLINA E VIOLÊNCIA

Entender a questão da violência na pers-

pectiva sociológica significa afirmar que enquanto processo social ela é permanente, ela é um processo que se constitui a partir das contradições sociais. Neste aspecto, explica-se a violência pelo movimento da sociedade no seu desenvolvimento histórico e nas suas contradições sociais, assim pode-se afirmar que a realidade social se constitui como a origem da violência e seus desdobramentos.

A violência contra o ser humano faz parte de uma trama antiga e complexa: antiga, porque data de séculos as várias formas de violência perpetradas pelo homem e no próprio homem; complexa por tratar-se de um fenômeno intrincado, multifacetado. (OLIVEIRA; MARTINS, 2007, p.90).

Privilegia-se a questão histórica no sentido de que a violência é essencialmente um processo no qual a humanidade construiu formas e mecanismos de enfrentá-la, ou na pior das hipóteses de conviver com ela. Não se pode negar que a violência tem como uma característica histórica a permanência em várias formas de sociedade. Há que se considerar também que a violência surge com o advento da capacidade dos indivíduos conviverem em comunidade, da vida social e gregária.

Ao contrário do que pensam os autores que defendem a ideia do individualismo metodológico, é de todo modo certo que o indivíduo tal como o conhecemos é fruto de um longo processo histórico e da modernidade, por meio dos processos de desencaixe que o mercado e o estado moderno provocaram, desenraizando as pessoas e fazendo-as independentes de seus contextos particulares, com que os indivíduos assumem a feição de seres abstratos e intercambiáveis. Além disso, os indivíduos somente se individualizam de modo específico mediante sua socialização – isto é, a aprendizagem de padrões cognitivos, expressivos, morais e afetivos – dentro de uma determinada cultura. (DOMINGUES, 2005, p. 27).

É nas contradições sociais dentro da comunidade que a violência ganha forma destaque no espaço social, tem-se a forma da violência urbana como principal aspecto a ser analisado. A violência urbana então merece atenção especial, trata-se da forma mais emblemática de violência, pela sua brutalidade e pela sua complexidade. “A violência se caracteriza quando os atores sociais nela envolvidos assim a qualificam, ratificando assim um consenso social a respeito. Deve, portanto, ser compreendida como fruto de um determinado tempo” (GASPARIN, LOPES, 2003, p.297).

O caráter científico-filosófico da violência requer refletir a própria sociedade capitalista, trata-se de compreender a dimensão sociológica da violência. “A compreensão das relações entre a escola e as práticas da violência passa pela reconstrução da complexidade das relações sociais que estão presentes no espaço social da escola” (SANTOS, 2001, p.107). Afirma o autor que, mesmo no interior da escola e nas práticas docentes e discentes, a questão da violência apresenta-se a partir de uma complexidade que lhe é inerente.

A violência não é somente gerada e/ou reproduzida fortuitamente no interior da escola, ela decorre das práticas sociais que são constituídas na sociedade como um todo.

Trata-se então de um caráter sociológico para o entendimento desse processo, ou seja, a escola é apenas uma pequena parte de um amplo e complexo contexto social.

É nas relações sociais que se pode considerar a origem da violência, é a partir destas relações reproduzidas no interior da escola que esse processo se constitui como determinante. Tomando ainda a escola como espaço social e de contradições, a violência se caracteriza como uma forma de recusa do próprio espaço escolar, isso evidencia também uma certa resistência em compreender a escola como um espaço para a superação destas contradições. É mais do que necessário conhecer e debater as relações sociais na sociedade numa perspectiva do conhecimento escolar e da prática docente.

Há que se constituir uma relação pedagógica (relação ensino/aprendizagem) entre o processo de violência escolar e o processo do conhecimento. Não se deve abrir mão ou se afastar desta relação. A abordagem sociológica do processo da violência escolar

torna-se então necessária. A materialização desta relação concretiza-se a partir do ato da pesquisa. A pesquisa é a prática metodológica para se construir o conhecimento específico sobre o processo da violência escolar. Deve-se estabelecer uma relação com um saber que é elaborado e construído epistemologicamente, pois requer um método e uma ciência para a sistematização do conhecimento.
As relações sociais na escola requerem um trabalho permanente de estudo e de centralidade para o processo de construção do conhecimento, a meu ver um passo fundamental para superar as contradições sociais da violência no âmbito escolar.

PRÁTICA DOCENTE E COTIDIANO ESCOLAR

A relação entre Educação e Violência não é recente, há registros históricos que indicam uma permanência nesta relação, a diferença fundamental nesta relação está no teor desse processo, ou seja, cada momento histórico possui uma especificidade e uma forma de produzir violência.
Refere-se a uma consideração fundamental, principalmente pelo fato de que a escola não é uma instituição que está preservada desse processo, ou ainda não é uma instituição alheia aos processos sociais.
Estabelecer a relação entre escola e violência torna-se um desafio teórico a ser enfrentado pelo professor (a). Cabe ressaltar que a mídia produz todos os dias informações e fatos sobre a violência. Entretanto, é necessário considerar que a mídia não poder ser tomada como referência para o conhecimento, tratase de informação. A mídia expõe a violência como um fato a ser divulgado e não estudado.
É necessário pensarmos criticamente sobre a relação mídia e violência, principalmente no contexto da escola, é fundamental que a escola e a prática docente pensem nesta relação principalmente para que se qualifique os níveis de informação e conhecimento. Ainda com relação entre a explicitação entre mídia e violência considera-se que,

> Os discursos, a percepção e a prática da violência estão hoje irreversivelmente marcadas por um novo regime de organização e visibilidade: violência pela violência, violência em tempo real, violência universalizada, violência estetizada. A violência, em nosso cotidiano, caracteriza-se progressivamente por assumir um caráter polimorfo, tanto em termos de sua percepção quanto de sua realização. (ROCHA, 1999, p. 89).

A relação da escola com a questão da violência decorre em grande medida da compreensão que se tem da própria natureza da violência. Compreende-se que a violência é um processo de desorganização do espaço social, e efetivamente na escola e no cotidiano do trabalho docente e discente.
Trata-se de uma realidade perturbadora e conflituosa: “Os problemas disciplinares da escola e os conflitos do dia-a-dia já ultrapassaram, largamente, os corrriqueiros atritos verbais e “briguinhas” de crianças” (GASPARIN, LOPES, 2003, p.298). Pode-se afirmar que não há mais inocência na indisciplina escolar, há uma compreensão de que a indisciplina escolar se torna um processo cuja semelhança com a violência deve ser compreendida a partir das suas relações com o processo pedagógico e com o cotidiano da escola.

A autoridade da escola, bem como de seu principal representante, o professor, parece não ser mais suficiente para resolver tais problemas e restaurar a ordem necessária ao desenvolvimento pedagógico. Mas que “ordem”, modelo ou ética seriam necessários hoje? (GASPARIN, LOPES, 2003, p.298).

Não existe uma relação direta entre a violência escolar e perda da autoridade docente. Compreende-se que a violência escolar é um processo mais abrangente e que se comunica permanentemente com a realidade social. Assim, a autoridade docente ou a ausência dela não deve ser tomada como causa para justificar a violência escolar.
Neste aspecto é necessário, para que não se cometa o equívoco de considerar a autoridade docente como uma forma eficiente de enfrentamento à violência escolar, analisar a violência escolar como um processo sócio-histórico e que possui uma dimensão muito complexa do ponto de vista dos seus des-

dobramentos. Deve-se assim conhecer objetivamente a realidade da violência escolar para não cairmos no senso comum.

A relação entre escola e violência escolar é uma realidade concreta, tratase de um problema mundial, e numerosos são os estudiosos que têm voltado suas pesquisas à discussão e compreensão deste tema (GASPARIN, LOPES, 2003).

Portanto, esta realidade não é estranha, ela ganha proporção ampliada pelo fato de que a escola poderia ser um espaço de construção e humanização do indivíduo e não o contrário.

Historicamente, compreende-se numa perspectiva crítica que a escola é o local de criação, desenvolvimento e consolidação de laços sociais. Retoma-se, o caráter epistemológico de se pensar e compreender o processo de violência escolar. Tem-se como pressuposto que, a partir do momento em que a escola não consegue enfrentar a questão da violência é porque ela não está cumprindo seu papel histórico, qual seja, o de constituir laços de sociabilidade humana (não necessariamente afetiva), mas sociais e políticas. Esta é a relação que se propõe e se defende, ou seja, buscar na educação (escola) o seu caráter ontológico, do ser para a existência civilizatória.

Não significa simplesmente negar a violência como um processo desestabilizador da ordem, mas negá-la porque, antes de tudo, é um processo desumano (natureza) que se constitui a partir das contradições sociais que são históricas. Logo, a violência, antes de ser um ato individual e isolado, decorre de um processo que é social e histórico. Antes da violência ser uma ação autoritária, ela é desumana e ao mesmo tempo desconstrói a identidade humana. Torna-se necessário superar a violência enquanto desejo de destruição, assim busca-se a partir da escola desconstruir esse processo na sua essência fundamental, ou seja, as relações de poder e dominação.

Fundamental ainda compreender o impacto desse processo na prática docente e discente, é necessário explicitar as fronteiras entre a violência e a indisciplina escolar.

Compreende-se que existem confusões em torno dessa fronteira, ou seja, é necessário afirmar-se que a violência na escola não é sinônimo de indisciplina escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência é uma construção social que se dá em meio a um conjunto de relações e interações entre o sujeito, pois o índice é muito abrangente na sociedade, e afeta a vida e a integridade física das pessoas. Ela é caracterizada através de atentado direto, físico contra a pessoa e praticada de maneira intencionada a maltrato, pressão, sofrimento, manipulação e também quando afeta o lado psicológico e moral de qualquer indivíduo.

Professores estão em contato diariamente com todas as formas de violência ocorridas dentro da escola como agressividade, indisciplina, vandalismo, conflitos entre pais no interior da escola em relação aos filhos, ameaças etc. Valores como solidariedade, humildade, companheirismo, respeito, e tolerância são poucos estimulados nas práticas de convivência social quer seja na família, na escola, no trabalho ou em outros locais. A inexistência desta prática dá lugar ao individualismo, a brutalidade e a intolerância.

Na escola, os colegas, professores ou mesmo a instituição escolar podem ser causadores de situações de constrangimento. Os grupos dominantes criam objetos de conduta e imagens, elaboram e definem modos de conduta, gestos e expressões, sentimentos e atitudes e participam ativamente da legitimação dessas ideias e da pressão sobre todos os indivíduos sociais, colaborando para a produção e a instalação de um viver e de uma visão que penetra e influencia a instituição escolar direta e indiretamente.

De outro lado, se as escolas precisam desenvolver políticas internas para lidar sobretudo de forma preventiva com a indisciplina, há também a necessidade de programas de formação de professores, em serviço, voltada para a indisciplina. A formação acadêmica, incompleta, dos professores, que deveria instrumentalizá-los para tratar dessas questões, precisa ser remediada através de formação continuada nas escolas, pelo menos até que eventuais transformações no ensino universitário mudem este quadro.

Tem-se uma contradição na escola a ser su-

perada, ou seja, como é possível enfrentar a violência (indisciplina) na escola se a prática docente e discente é em vários momentos autoritárias? A escola também é um lugar de reprodução das desigualdades sociais, da exclusão e promoção de violências. Desta forma, é possível transformar a escola numa instituição construtora e promotora da democracia e da justiça?

Desta forma, a partir da compreensão acima pode-se afirmar que a gestão democrática da escola e na escola pode ser considerada uma referência para a superação da violência escolar. O papel pedagógico da escola tem como objetivo desenvolver e promover um processo de humanização fundamentado no acesso a um conhecimento científico, que é próprio da humanidade e se constitui como um direito e uma necessidade para o indivíduo se tornar humano.

Deve-se então compreender que a centralidade da escola e do processo pedagógico está no ensinar e no aprender. Esta centralidade aparece como um direito de todos os educandos. A prática docente deveria ter como objetivo pensar o processo pedagógico a partir de duas perspectivas: a primeira, com relação à garantia de direitos à escolarização; e a segunda, com relação ao processo de aprendizagem do conhecimento escolar.

A violência escolar deve ser pensada e enfrentada a partir do trabalho coletivo e o exercício efetivo da gestão democrática. Compreende-se que além do caráter científico e político que a escola deve ter sobre o processo histórico, político e social a questão da compreensão e desenvolvimento da prática da gestão democrática pode e deve ser um dos principais instrumentos de enfrentamento da violência escolar. Trata-se de um ponto a ser pensado dentro da prática docente.

Seria interessante pensar sobre o desafio colocado para a escola pelas diversas formas de indisciplina. A intensidade e o caráter da indisciplina, hoje, parecem indicar menos a necessidade de transformação e mais a necessidade de inovação da escola. Em outros termos, a escola que conhecemos precisa ser moldada, reestruturada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, A. Violências nas escolas. 4. ed. Brasília: UNESCO, 2004.

ABUD, Maria; ROMEU, Sonia. A problemática da disciplina na escola: relato de experiência. In: D'ANTOLA, Arlette (Org.). Disciplina na escola. São Paulo: E.P.U., 1989. p. 79-90.

AMADO, J. Interação pedagógica e indisciplina na aula. Porto: ASA, 2001.

AQUINO, Júlio. A desordem na relação professor-aluno. In: AQUINO, Júlio (Org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. 2. ed. São Paulo: Summus, 1996b. p. 39-55.

CHARLOT. Bernard. Da relação com o saber: elementos para uma teoria. Porto Alegre: Armed, 2000.

D'ANTOLA, Arlette. Disciplina democrática na escola. In: D'ANTOLA, Arlette (Org.). Disciplina na escola. São Paulo: E.P.U., 1989b. p. 49-59.

D'ANTOLA, A. (Org.). Disciplina na escola. E.P.U., 1989.

DEBARBIEUX, E. Violência nas escolas. Lisboa: Instituto Piaget, 2007.

DOMINGUES. José Mauricio. Sociologia e Modernidade. Rio de Janeiro:
Civilização Brasileira, 2005.

FREIRE, Paulo. Educação e mudança. São Paulo: Paz e Terra, 1991. 79 p.

GASPARIN, João Luiz; LOPES, Claudivan S. Violência e conflitos na escola: desafios à prática docente. Acta Scientarum: Human and Social Sciences. v. 25, n.2 Maringá.

GUIMARÃES, Áurea. Indisciplina e violência. In: AQUINO, Júlio (Org.). Indisciplina na escola: alternativas teóricas e práticas. 2. ed. São Paulo: Summus, 1996. p. 73-82.

MISSE, Michel. A Violência como sujeito Difuso. In: FEGHALI, Jandira;

MENDES, Candido. LEMGRUBER, Julita. (Orgs.) Reflexões sobre a Violência Urbana: (In)segurança e (Des)esperanças. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. p.1933.

OLIVEIRA, Érika Cecília Soares; MARTINS, Sueli Terezinha Ferreira. Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo à falência da palavra. Psicol. Soc., jan./abr. 2007, vol.19, no.1, p.90-98.

SANTOS, José Vicente T. A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias. Revista Educação e Pesquisa. São Paulo: v.27, n.1, p.105-122, Jan/Jun 2001.

SODRÉ, Muniz. Violência, Mídia e Política. In: FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido.

XAVIER, M. L. (Org.). Disciplina na escola: enfrentamentos e reflexões. Porto Alegre: Mediação, 2002.